

Leo Prates apresenta projetos sociais que podem mirar em 2020

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O projeto de lei que normatiza o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi apresentado ontem pelo titular da Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre), Leo Prates (DEM), na Câmara Municipal de Salvador. O texto engloba cinco outros decretos e leis já em curso na capital baiana, e a execução se dará por intermédio da Sempre. O projeto prevê, entre outros pontos, a modernização da legislação, normatização da política de serviços e ações voltadas para a assistência social,

abrindo novos espaços de diálogos com a sociedade civil e fomentando maior envolvimento dos entes envolvidos no âmbito do programa. A medida prevê ainda a otimização dos recursos humanos e orçamentários, além da ampliação dos direitos dos assistidos e dos mecanismos para garantir a transparência de todo o processo.

De acordo com o titular da Sempre, dentre os avanços consolidados pela proposta constam benefícios eventuais referentes à natalidade, logística, alimentação, moradia, documentação e outros complementos. O texto traz ainda destaque para a participação mais efetiva junto à população de rua, vítimas de violência, LGBT e demais grupos em

situação de vulnerabilidade.

Um exemplo disso é a concessão do Aluguel Social também para moradores de rua, assim como para mulheres e LGBTs vítimas de violência e em risco de morte. Há ainda menção à ampliação do acesso a concessão de benefícios para um perfil de renda familiar, passando de um quarto para meio salário mínimo. Além disso, o documento propõe o reajuste do Aluguel Social em até 35% do valor do salário mínimo.

Um novo benefício complementar é previsto para pessoas em situações de pobreza e extrema pobreza, violação de direitos, e vulnerabilidade social, sujeitos ao recebimento do auxílio moradia ou inserção em programas

Foto: Antonio Queirós



LEO PRATES apresentou aos vereadores o projeto de lei que normatiza o Sistema Único de Assistência Social

habitacionais. O valor em questão pode chegar a três salários mínimos, com o objetivo de garantir melhores condições de vida a quem está recebendo uma unidade habitacional. A medida possibilita, por exemplo, a aquisição de utensílios domésticos por quem recebeu uma nova residência através de programa habitacional e não tem condições financeiras para comprar essas produtos.

Na esteira dessa decisão, o auxílio funeral também ganha um incremento. Além da concessão de caixão e vaga em cemitério municipal, deverá ser oferecido também oferecendo transporte para familiares dos falecidos irem até o local do sepultamento.

O presidente da Câmara Municipal, vereador Geraldo Júnior (SD), pediu atenção especial aos vereadores da Casa para a análise e

votação da lei do SUAS e do projeto SEMPRE Melhor, que também foi apresentado. O SEMPRE Melhor vai garantir a melhoria das instituições que trabalham com assistência social em Salvador. O benefício vai ser de R\$25 mil, R\$50 mil e R\$100 mil para reforma e adequação das estruturas. Atualmente, 207 entidades que realizam este tipo de assistência estão cadastradas na prefeitura.

ARTICULAÇÃO

Bruno Reis defende aluguel de imóveis por 30 anos



BRUNO REIS defendeu o projeto do Executivo batizado de "built to suit", que autoriza a administração soteropolitana a alugar prédios por um prazo de até 30 anos

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

O vice-prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), defendeu o projeto do Executivo batizado de "built to suit", que autoriza a administração soteropolitana a alugar prédios por um prazo de até 30 anos. Pela proposta, a prefeitura paga ao locador, por mês, até 1% do valor de mercado do imóvel. Por exemplo, em um prédio de R\$ 1 milhão, a gestão municipal pagaria R\$ 10 mil para o dono.

Em entrevista à imprensa, Bruno negou que o projeto vise beneficiar empresários, como acusa a oposição. Para ele, é um "absurdo" a fala dos opositoristas. "Todo mundo

sabe que o setor de locação de imóveis está em crise. Ninguém consegue local um imóvel com mais de 0,5, 0,6% e a própria dispensa de locação de imóveis está prevista na lei. Então, a (proposta da) lei não está inventando nada, a lei só está permitindo que, por um prazo maior, você possa ter uma locação ainda mais vantajosa pra administração pública e a adequação do imóvel feita pelo proprietário", argumentou, durante inauguração da restauração da parte interna da Basílica do Bonfim.

O vice-prefeito citou o prédio da Escola Garrastazu Médici, no bairro de Paripe, como exemplo de que a proposta é benéfica. Segundo ele, a locação custava cerca de R\$ 20

mil até que a gestão identificou um outro prédio, nas proximidades, cuja locação seria de R\$ 11 mil por cinco anos. "Se você pudesse local por um prazo maior, esse valor você conseguiria diminuir, sairia mais vantajoso pra administração e ainda você amarraria os imóveis por mais tempo, já que a cada cinco anos o proprietário quer um reajuste com base no valor de mercado. A gente tem que aproveitar a crise que existe pra local por um preço mais baixo e por um tempo maior, sem permitir que depois o proprietário possa revisar o valor da locação", acrescenta.

Bruno Reis disse é contra emenda incluída por vereadores na Comissão de Constituição, Justiça e Re-

dação Final (CCJ) da Câmara Municipal, que propõe restringir a locação a imóveis situados no bairro do Comércio. A votação da matéria em plenário está prevista para o dia 5 de junho.

PROJETO

Pela proposta, a prefeitura paga ao locador, por mês, até 1% do valor de mercado do imóvel.

Ex-secretário de SAJ denuncia suposta ilegalidade em licitação do São João

O ex-secretário de Cultura da cidade de Santo Antônio de Jesus, Everaldo Ferreira Júnior, publicou uma série de vídeos nas redes sociais denunciando supostas ilegalidades no processo licitatório dos festejos de São João do município. Desde que deixou a gestão, Everaldo dedica-se a publicar acusações contra o município por meio de perfil no Instagram. Ele e o atual prefeito, Rogério Andrade (PSD), eram aliados no passado e romperam após divergências políticas.

Ele afirma que foi ilegal a declaração como vence-

dora a empresa Máxima Produção e Eventos Ltda da licitação responsável por locação, montagem, instalação e desmontagem de postes e estruturas de cabos de aço para decoração de vias públicas. "A minha luta contra os desmandos da atual gestão do prefeito Rogério continua. Fiz uma declaração pública registrada em cartório informando antecipadamente a empresa vencedora da polêmica licitação dos postes que aconteceu no último dia 22 de maio de 2019. Não tenho bola de cristal, né. Tampouco sou profeta,

mas, infelizmente, esse é o modelo de escolha de carta marcada, licitação viciada dos processos licitatórios no município e a empresa Máxima Produção e Eventos Ltda foi a vencedora do processo, conforme antecipei e o resultado só não foi publicado no Diário Oficial devido aos tramites legais que requerem um prazo de 48 horas", declarou Everaldo, ao chamar a atenção para o fato de a estrutura contratada já estar em processo de montagem, mesmo antes do certame ser finalizado. Procurada pela Tribu-



na, a prefeitura de SAJ se posicionou sobre o caso. "Em relação ao vídeo veiculado pelo Dr. Everaldo Júnior acerca de um suposto direcionamento da licitação, cumpre prestar os seguintes esclarecimentos: A sessão de disputa de lances do

Pregão Eletrônico 017/2019 ocorreu no dia 22; A disputa acontece por meio de sistema eletrônico público do Banco do Brasil, disponível a qualquer cidadão, que pode acompanhar em tempo real; Consta no sistema que compareceram 03

O EX-SECRETÁRIO de Cultura da cidade de Santo Antônio de Jesus, Everaldo Ferreira Júnior, publicou uma série de vídeos nas redes sociais denunciando supostas ilegalidades

empresas para a disputa, sendo que duas delas foram desclassificadas pela Pregoeira por descumprimento de exigências do Edital", afirma a gestão municipal. Ainda na nota, a prefeitura de SAJ argumenta que "a primeira empresa foi desclassificada às 09:34h e a segunda empresa foi desclassificada às 09:37h". "No vídeo exibido pelo Dr. Everaldo, que circula nas redes sociais, é possível visualizar o código de autenticidade do selo do registro em cartório", destaca.

Geraldo ouve a OAB e retira urgência de projeto fundiário

Foto: Reginaldo Ipê



GERALDO JÚNIOR recebeu representantes da OAB, da Gamboa e os vereadores Aladilce Souza e Marcos Mendes

DA REDAÇÃO

O presidente da Câmara de Salvador, vereador Geraldo Júnior (SD), acatou o pedido de retirada do regime de urgência do projeto de Lei Complementar nº 2/2019, do Executivo Municipal, referente ao Programa de Regularização Fundiária da capital. Em reunião ontem (28), com representantes da comunidade, vereadores da Oposição, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e urbanistas, o presidente assinou um requerimento formulado pela Comissão de Direitos Humanos da OAB, a advogada Joelma Almeida. A intenção é que o projeto seja melhor debatido com a so-

cidade por meio de audiências públicas. O encontro aconteceu no Salão Nobre da Casa com a presença dos vereadores Marcos Mendes (Psol) e Aladilce Souza (PCdoB). O presidente solicitou aos vereadores que formulem os debates com a sociedade e academia e apresentem o calendário para que seja divulgado para a sociedade.

"Quero que a sociedade tenha a tranquilidade de que este projeto vai tramitar o tempo necessário para ser debatido e receba as emendas necessárias. Eu também irei apresentar as propostas que julgo necessárias para apreciação da Comissão de Justiça e Direitos Humanos", disse o presidente. A vereadora Aladilce afir-

mou que a mobilização em torno da proposta é grande, pois envolve muitas questões. "A cidade tem muitas áreas sem regularização, mas esse é um processo que envolve muitas questões e mexe na estrutura mais básica de uma cidade que é a questão fundiária. Não é possível que ele tramite em regime de urgência, pois precisa ser melhor debatido com a população", destacou a parlamentar. "Eu não esperava outra atitude do presidente que tem sido extremamente republicano na condução dessa Casa. Nossa proposta é uma discussão Câmara, academia e sociedade que vai enriquecer e ajustar a matéria", pontuou o vereador Marcos Mendes. O presidente Geraldo

Júnior pediu que os envolvidos já iniciem os estudos sobre a matéria "para que já na primeira audiência pública tenhamos um debate propositivo". Para o professor de Urbanismo da Universidade Estadual da Bahia (Uneb), Luiz Antônio de Souza, esta não é uma matéria fria, pois a avaliação fundiária deve contemplar também a social. "Salvador é uma cidade com muitas particularidades. O território do município já foi até Mata de São João, é um município extenso e com muitas terras ainda sem uso", avaliou o urbanista. "O projeto não está ganhando a regularização de locais mais afastados e menos favorecidos. É preciso rever os critérios", apontou Joelma Almeida.